

HABEAS CORPUS Nº 549.078 - SP (2019/0358780-9)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LUÍS CÉSAR ROSSI FRANCISCO - SP227133
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : THIAGO NASCIMENTO DOS SANTOS (PRESO)
PACIENTE : GABRIEL DE SOUZA RODRIGUES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Thiago Nascimento dos Santos e Gabriel de Souza Rodrigues** apontando-se como autoridade coatora a Nona Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, que denegou a ordem no *Habeas Corpus* n. 2233090-20.2019.8.26.0000 (fls. 24/33).

Inicialmente registra a impetrante que a prisão preventiva dos pacientes está baseada apenas na gravidade abstrata do crime e em *fundamentos inidôneos desconectados do caso concreto* (fl. 4).

Assevera que a grave ameaça consiste em elementar básica e essencial do crime de roubo, não havendo notícias, nos autos, do emprego de arma (fl. 5).

Liminarmente e no mérito, requer a revogação da prisão preventiva dos pacientes (fl. 8).

É o relatório.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano, o que não ocorre no presente caso, no qual, nesse exame preliminar, está a prisão cautelar baseada na gravidade da conduta e na necessidade de garantia da ordem pública, já que os pacientes, no interior do transporte coletivo, *agindo previamente ajustados e com unidades de desígnios entre si, subtraíram, para proveito comum, mediante grave ameaça exercida pelo emprego de simulacro de arma de fogo, a quantia de R\$ 122,00 (cento e vinte e dois reais), pertencente à vítima T.A. da S.C.*

Superior Tribunal de Justiça

tendo o Tribunal local destacado que, em revista pessoal, encontraram em poder de *THIAGO* o simulacro de arma de fogo e R\$ 109,00 (cento e nove reais) e, junto com *GABRIEL*, a quantia de R\$ 13,00 (treze reais), valores esses que tinham acabado de ser subtraídos (fls. 26/27). Ainda acrescentou a Corte *a quo* que, apesar de primário, o paciente Gabriel possui registro de prática de ato infracional durante a adolescência (fl. 30 dos autos de origem), a indicar seu desajuste na vida em liberdade e que dá a exata medida do grau de periculosidade de que é possuidor (fl. 29).

A teor da jurisprudência desta Corte, embora os registros de atos infracionais não possam ser utilizados para fins de reincidência ou maus antecedentes, por não serem considerados crimes, podem ser sopesados na análise da personalidade do paciente, reforçando os elementos já suficientes dos autos que o apontam como pessoa perigosa e cuja segregação é necessária (HC n. 541.937/AC, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 26/11/2019).

Outrossim, o Superior Tribunal de Justiça possui entendimento consolidado no sentido de que não há constrangimento ilegal quando a prisão preventiva é decretada em razão do *modus operandi* com que o crime fora praticado, como ocorreu na espécie.

Confirmam-se o RHC n. 115.818/PR, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 30/10/2019; o HC n. 484.334/SP, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 26/2/2019; e o RHC n. 102.955/MG, Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe 31/10/2018.

Com essas considerações, não tendo, por ora, como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar ora pretendida, **indefiro-a**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora, bem como ao Juízo de primeiro grau, especialmente, quanto ao atual andamento da ação penal (Processo n. 1503410-72.2019.8.26.0536).

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator